

SUMÁRIO

SOBRE OS AUTORES	5
PREFÁCIO.....	7
APRESENTAÇÃO.....	11
1. A IMPORTÂNCIA DA INTERNET E O PAPEL DA JUSTIÇA ELEITORAL NAS ELEIÇÕES.....	17
2. PRINCÍPIOS DE DIREITO ELEITORAL.....	23
2.1. Princípio democrático.....	23
2.2. Princípio republicano	25
2.3. Princípio da soberania popular.....	27
2.4. Princípio da isonomia	29
2.5. Princípio da liberdade de expressão	29
2.6. Princípio da legitimidade e da normalidade.....	30
2.7. Princípio da moralidade eleitoral.....	30
2.8. Princípio da anualidade ou da anterioridade eleitoral	31
2.9. Princípio da vedação do anonimato	33
2.10. Princípio da disponibilidade da propaganda eleitoral	34
2.11. Princípio da responsabilidade na propaganda eleitoral	35
2.12. Princípio do controle judicial da propaganda	37
2.13. Princípio da intervenção estatal mínima	39
2.14. Princípio da verdade eleitoral.....	40
2.15. Princípio da celeridade	41

PARTE I
A TECNOLOGIA E A PROPAGANDA ELEITORAL

3. PROPAGANDA ELEITORAL NA INTERNET	45
3.1. Propaganda antecipada.....	48
3.2. Conteúdo orgânico, conteúdo editorial e propaganda eleitoral: uma distinção necessária.....	49
3.3. Propaganda eleitoral paga na Internet.....	51
3.3.1. O escopo da legalização da propaganda eleitoral paga na Internet: o impulsionamento de conteúdo	54
3.3.2. As regras aplicáveis ao impulsionamento.....	55
3.3.3. As responsabilidades decorrentes do impulsionamento.....	58
3.3.4. Desinformação na propaganda eleitoral	63
3.4. Propaganda eleitoral e as mensagens privadas	66
4. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL NA INTERNET	77
5. O PAPEL DOS PROVEDORES DE SERVIÇO DE INTERNET E SUA RESPONSABILIZAÇÃO NO PROCESSO ELEITORAL	85
5.1. A necessária influência do Marco Civil da Internet na esfera eleitoral	85
5.2. As diferentes categorias de provedores de serviços de Internet.....	87
5.2.1. Os provedores de acesso ou de conexão à Internet.....	88
5.2.2. Os provedores de aplicação de Internet	92
6. OS PROVEDORES DE CONTEÚDO	101
6.1. Pesquisas e enquetes eleitorais na Internet	102
6.2. Debates e entrevistas com candidatos na Internet	110
7. DIREITO À INFORMAÇÃO, LIBERDADE DE EXPRESSÃO E REMOÇÃO DE CONTEÚDO	113
7.1. A importância da Internet para o fortalecimento do regime democrático	113
7.2. A tutela do direito à informação e da liberdade de expressão.....	116
7.3. Remoção de conteúdo na Internet	120
8. DIREITO DE RESPOSTA NA INTERNET.....	127
9. REPRESENTAÇÃO POR PROPAGANDA ELEITORAL ILÍCITA.....	135

10. BLOQUEIO DE APLICAÇÕES DE INTERNET	141
--	-----

PARTE II A TECNOLOGIA ALÉM DA PROPAGANDA ELEITORAL

11. NO FINANCIAMENTO COLETIVO DE CAMPANHA ELEITORAL	153
12. NA PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	157
12.1. Prestação de contas partidárias.....	157
12.2. Prestação de contas eleitorais	158
13. NO ALISTAMENTO ELEITORAL.....	159
13.1. Título.Net e e-Título.....	159
14. NAS ELEIÇÕES	161
14.1. Urna eletrônica.....	161
14.2. Apuração da votação	168
14.3. Voto digital e sua impressão	169
15. NA FISCALIZAÇÃO CIDADÃ	171
16. CRIMES ELEITORAIS E TECNOLOGIA.....	175
16.1. Considerações iniciais: necessidade de reforma dos crimes eleitorais.....	175
16.2. Boca de urna: realização de propaganda eleitoral no dia da eleição	178
16.3. Crimes contra a honra	181
16.4. Crimes de influência do eleitorado passíveis de serem cometidos pela Internet.....	188
16.5. Crimes próprios de informática previstos na Lei das Eleições	192
16.6. O novo crime de denúncia caluniosa eleitoral (art. 326-A, Código Eleitoral, incluído pela Lei nº 13.834/2019).....	194
17. CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS NO CONTEXTO ELEITORAL	199
Introdução.....	199
O regime de proteção de dados pessoais no Brasil	200
Intersecção entre proteção de dados e o direito eleitoral	203
ANPD e do TSE diante da intersecção entre proteção de dados e direito eleitoral	207

Breves comentários ao Guia Orientativo de Aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) por Agentes de Tratamento no Contexto Eleitoral	208
Conclusão	210
APÊNDICE A – GLOSSÁRIO DIGITAL.....	211
APÊNDICE B – GLOSSÁRIO ELEITORAL.....	215